

**5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 084/2014-
MP/PA, QUE FAZEM ENTRE SI O MINISTÉRIO
PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ E A EMPRESA
ARRAIS & CIA LTDA - ME.**

Pelo presente Termo Aditivo ao Contrato nº. 084/2014, que entre si fazem o **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 05.054.960/0001-58, com sede à Rua João Diogo nº. 100, bairro da Cidade Velha, CEP: 66.015-165, Belém-PA, doravante denominado **CONTRATANTE**, neste ato representado pela Exma. Srª. Procuradora-Geral de Justiça, e.e, Drª. **DULCELINDA LOBATO PANTOJA**, brasileira, domiciliada e residente nesta cidade e, de outro lado, e a empresa **ARRAIS & CIA LTDA- ME**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 07.346.264/0001-40, Inscrição Estadual nº 152455280, com sede na Alameda Moça Bonita, nº 97, Bairro Castanheira, CEP: 66.645-010, Belém-PA, E-mail: financeirogp4@hotmail.com, Telefone (91) 3235-5609, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada pela Sra. **ANA PAULA RODRIGUES PANTOJA DA CRUZ**, brasileira, residente e domiciliada na cidade de Belém/PA, têm entre si justas e acordadas as cláusulas e condições seguintes, objeto do presente Termo Aditivo:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Fica alterada a Cláusula Nona do contrato original que trata **DA VIGÊNCIA DO CONTRATO**.

CLÁUSULA SEGUNDA

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Original por mais **12 (doze) meses**, a contar de **25.11.2017**, com base no Art. 57, II, da Lei Federal 8.666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA

Para atender as despesas oriundas do presente aditivo o Ministério Público valer-se-á de recursos oriundos da seguinte função programática:

Atividades: 12101.03.122.1434.8332 – Operacionalização das Ações Administrativas.

Elemento de Despesa: 3390-33 – Passagens e Despesas de Locomoção.

Fonte: 0101 – Recursos Ordinários

E, por estarem justas e acordadas, as partes assinam o presente Termo Aditivo, em 02 (duas) vias, de igual teor e para um só efeito, na presença das testemunhas abaixo.

Belém, 21 de Setembro de 2017.

Dulcelinda Lobato Pantoja
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

ARRAIS & CIA LTDA - ME

Testemunhas:

1) Amanda Barros
RG: 5835351 PC/PA

2) Ingrid Unafra
RG: 5719176

CITAÇÃO - Nº 368/2017

De ordem do Excelentíssimo Conselheiro Relator, Nelson Chaves, em cumprimento ao disposto no art. 216 do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado do Pará, cito através do presente, a empresa INTER CONSTRUÇÃO COMERCIO E SERVIÇOS LTDA, na pessoa de seu representante legal, que no prazo de quinze (15) dias, a partir desta publicação poderá apresentar razões de justificativas nos autos do Processo nº. 2007/53651-5, que trata da Tomada de Contas instaurada na Prefeitura Municipal de Breu Branco, referente ao Convênio SESPA nº 042/2006.

Belém, 21 de setembro de 2017.
JOSÉ TUFFI SALIM JUNIOR
Secretário-Geral

COMUNICAÇÃO DE AUDIÊNCIA - Nº 401-C/2017

De ordem do Excelentíssimo Conselheiro Luís da Cunha Teixeira, em cumprimento ao disposto no art. 215 do Regimento Interno, comunico a empresa ACVS CONSTRUTORA LTDA, na pessoa de seu representante legal, que no prazo de quinze (15) dias, a partir desta publicação poderá apresentar razões de justificativas nos autos do Processo nº. 2016/51184-3, que trata da Representação formalizada pelo Ministério Público de Contas, referente ao Contrato nº 024/2016, firmado com a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Obras Públicas-SEDOP.

Belém, 21 de setembro de 2017.
JOSÉ TUFFI SALIM JUNIOR
Secretário-Geral

CITAÇÃO - Nº 424/2017

De ordem do Excelentíssimo Conselheiro Relator, André Teixeira Dias, em cumprimento ao disposto no art. 216 do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado do Pará, cito através do presente, o Senhor CELSO ORLANDO DA SILVA LEITE, Prefeito à época, que no prazo de quinze (15) dias, a partir desta publicação poderá apresentar razões de justificativas nos autos do Processo nº. 2007/51990-2, que trata da Tomada de Contas instaurada na Prefeitura Municipal de Bragança, referente ao Convênio SEPOF FDE nº 282/2004.

Belém, 21 de setembro de 2017.
JOSÉ TUFFI SALIM JUNIOR
Secretário-Geral

COMUNICAÇÃO DE AUDIÊNCIA - Nº 390/2017

De ordem do Excelentíssimo Conselheiro Relator André Teixeira Dias, em cumprimento ao disposto no art. 215 do Regimento Interno, comunico o Senhor EDSON LUIZ DE OLIVEIRA, Prefeito à época, que no prazo de quinze (15) dias, a partir desta publicação poderá apresentar razões de justificativas nos autos do Processo nº. 2007/51990-2, que trata da Tomada de Contas instaurada na Prefeitura Municipal de Bragança, referente ao Convênio SEPOF FDE nº 282/2004.

Belém, 21 de setembro de 2017.
JOSÉ TUFFI SALIM JUNIOR
Secretário-Geral

CITAÇÃO - Nº 393-B/2017

De ordem do Excelentíssimo Conselheiro Luís da Cunha Teixeira, em cumprimento ao disposto no art. 216 do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado do Pará, cito através do presente, a SOCIEDADE CIVIL GRUPO CUIRÁ DO PARÁ, na pessoa de seu representante legal, que no prazo de quinze (15) dias, a partir desta publicação poderá apresentar razões de justificativas nos autos do Processo nº. 2007/50478-9, que trata da Prestação de Contas, referente ao Convênio FCPPTN nº 143/2004.

Belém, 21 de setembro de 2017.
JOSÉ TUFFI SALIM JUNIOR
Secretário-Geral

COMUNICAÇÃO DE AUDIÊNCIA - Nº 393/2017

De ordem do Excelentíssimo Conselheiro Substituto Julival Silva Rocha, em cumprimento ao disposto no art. 215 do Regimento Interno, comunico o Senhor AMÓS BEZERRA DA SILVA, Prefeito à época, que no prazo de quinze (15) dias, a partir desta publicação poderá apresentar razões de justificativas nos autos do Processo nº. 2006/50147-9, que trata da Tomada de Contas instaurada na Prefeitura Municipal de Augusto Corrêa, referente ao Convênio SEPOF FDE nº 120/2004.

Belém, 21 de setembro de 2017.
JOSÉ TUFFI SALIM JUNIOR
Secretário-Geral

CITAÇÃO - Nº 400/2017

De ordem do Excelentíssimo Conselheiro Relator, em cumprimento ao disposto no art. 216 do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado do Pará, cito através do presente, o Senhor DUCIONAR GOMES DA COSTA, Prefeito à época, que no prazo de quinze (15) dias, a partir desta publicação poderá apresentar razões de justificativas nos autos do Processo nº. 2011/51678-

1, que trata da Prestação de Contas da Prefeitura Municipal de Belém, referente ao Convênio SEPOF FDE nº 092/2007.

Belém, 21 de setembro de 2017.
JOSÉ TUFFI SALIM JUNIOR
Secretário-Geral

COMUNICAÇÃO DE AUDIÊNCIA - Nº 396-A/2017

De ordem do Excelentíssimo Conselheiro Luís da Cunha Teixeira, em cumprimento ao disposto no art. 215 do Regimento Interno, comunico o Senhor ANTÔNIO NAZARÉ ELIAS CORRÊA, Prefeito à época, que no prazo de quinze (15) dias, a partir desta publicação poderá apresentar razões de justificativas nos autos do Processo nº. 2007/50715-3, que trata da Prestação de Contas da Prefeitura Municipal de Nova Timboteua, referente ao Convênio SEDUC nº 261/2006.

Belém, 21 de setembro de 2017.
JOSÉ TUFFI SALIM JUNIOR
Secretário-Geral

CITAÇÃO - Nº 396/2017

De ordem do Excelentíssimo Conselheiro Relator Luís da Cunha Teixeira, em cumprimento ao disposto no art. 216 do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado do Pará, cito através do presente, o Senhor JOSÉ IVALDO MARTINS GUIMARÃES, Prefeito à época, que no prazo de quinze (15) dias, a partir desta publicação poderá apresentar razões de justificativas nos autos do Processo nº. 2015/51497-0, que trata da Prestação de Contas da Prefeitura Municipal de Mãe do Rio, referente ao Convênio SETRAN nº 001/2014.

Belém, 21 de setembro de 2017.
JOSÉ TUFFI SALIM JUNIOR
Secretário-Geral

Protocolo: 230039

MINISTÉRIO PÚBLICO**MINISTÉRIO PÚBLICO DE
CONTAS DO ESTADO DO PARÁ****DISPENSA DE LICITAÇÃO****DISPENSA: 02/2017**

Data: 19/09/2017

Valor: O valor da contratação para o período de 12 (doze) meses tem como tarifas apenas, tão somente: crédito em outros bancos TED/DOC, no valor unitário de R\$ 8,20 (oito reais e vinte centavos); e no valor unitário de R\$ 106,50 (cento e seis reais e cinquenta centavos) para liberação de arquivos de pagamento.

Objeto: Contratação de prestação de serviços bancários por instituição financeira oficial.

Fundamento Legal: Art. 24, inciso VIII, da Lei nº 8.666/93.

Data de Ratificação: 19/09/2017

Orçamento: Unidade Orçamentária: 37101

Programa de Trabalho: 01.122.1442.8515.0000

Natureza da Despesa: 33.90.39.00

Fonte do Recurso: 0101

Origem do Recurso: Estadual

Contratado:

Nome: BANCO DO BRASIL S/A

CNPJ nº 00.000.000/4445-88

Endereço: Avenida Presidente Vargas, nº 248, bairro: Campina,

Belém - PA, CEP: 66.010-900

Telefones: (91) 3216-4721

Ordenador: FELIPE ROSA CRUZ

Protocolo: 229492

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Às 13:35 horas do dia 19 de setembro de 2017, após constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente, Sr. FELIPE ROSA CRUZ, HOMOLOGA a adjudicação referente ao Processo nº 2017/307844, Pregão nº 00018/2017.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE FRIGOBARES E MICRO-ONDAS, para atender as necessidades do Ministério Público de Contas do Estado do Pará.

EMPRESAS ADJUDICATÁRIAS:

- ITEM 01 - FRIGOBARES - MAGITECH - DISTRIBUIDOR DE ELETRODOMESTÍCIOS EIRELI - EPP, CNPJ nº 19.910.840/0001-10, pelo melhor lance de R\$ 5.519,36 (Cinco mil, quinhentos e dezenove reais e trinta e seis centavos)

- ITEM 02 - FORNO MICRO-ONDAS - W TEDESCO REFRIGERACAO EIRELI - EPP, CNPJ nº 20.121.311/0001-16, pelo melhor lance de R\$ 478,00 (Quatrocentos e setenta e oito reais).

Protocolo: 229475

**MINISTÉRIO PÚBLICO DO
ESTADO DO PARÁ****CONTRATO**

NÚM. DO CONTRATO: 100/2017-MP/PA
MODALIDADE DE LICITAÇÃO
INEXIGIBILIDADE Nº 018/2017-MP/PA.

Partes Contratantes: Ministério Público do Estado do Pará e THOMPSON CARDOSO (248.220.510-72).

Objeto: Ministrar o curso de "Técnicas de Entrevista, Interrogatório e Detecção de Mentiras".

Data da Assinatura: 21/09/2017.

Vigência: 22/09/2017 a 21/01/2018.

Valor global: R\$ 18.380,00 (dezoito mil, trezentos e oitenta reais).

Dotação Orçamentária: Atividade: 12101.03.128.1434.8329.

Elemento de despesa: 3390-39.

Fonte de Recurso: 0101.

Foro: Belém.

Ordenador responsável: Dra. Dulcelinda Lobato Pantoja

Protocolo: 229826

TERMO ADITIVO A CONTRATO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO
AO CONTRATO 084/2014-MP/PA

NÚM. DO TERMO ADITIVO: 5

NÚM. DO CONTRATO: 084/2014-MP/PA.

Partes: Ministério Público do Estado do Pará e a Empresa ARRAYS & CIA LTDA-ME.

Objeto e Justificativa do Aditamento: Prestação do serviço de locação mensal de veículos para atender às necessidades do Ministério Público do Estado do Pará. Prorrogação do prazo de vigência.

Data de Assinatura: 21/09/2017.

Vigência do Aditamento: 25/11/2017 a 24/11/2018.

Dotação Orçamentária: -Atividade: 12101.03.122.1434.8332 -

Operacionalização das Ações Administrativas.

Elemento de despesa: 3390-33 - Passagens e Despesas com

Locomoção.

Fonte de Recurso: - 0101 - Recursos Ordinários.

Ordenadora Responsável: Dra. Dulcelinda Lobato Pantoja -

Procuradora Geral de Justiça, em exercício.

Aditivos Anteriores: 1º TA: Acréscimo de quantidade (DOE 03/06/2015);

2º TA: Prorrogação do prazo de vigência (DOE 16/11/2015);

3º TA: Reajuste de valor contratual e Retificação de Cláusula

(DOE 14/07/2016);

4º TA: Prorrogação do prazo de vigência e Reajuste de valor

contratual (DOE 18/10/2016).

Protocolo: 229708

AVISO DE LICITAÇÃO**AVISO DE LICITAÇÃO****MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO**

Número: 042/2017

Objeto: AQUISIÇÃO DE MEDALHAS E COLARES.

Entrega do Edital: Nos sites www.comprasgovernamentais.gov.br ou www.mppa.mp.br.

Observação: UASG: 925980.

Responsável pelo certame: Rafael Rodrigues de Souza.

Local de Abertura: www.comprasgovernamentais.gov.br.

Data da Abertura: 05/10/2017.

Hora da Abertura: 09h (NOVE) HORAS - HORÁRIO LOCAL

Orçamento: Classificação: 12101.03.122.1434.8332 -

Operacionalização das Ações Administrativas;

Elemento: 3090-30 - Material de Consumo.

Fonte: 0101 - Recursos Ordinário

Ordenador Responsável: Gilberto Valente Martins.

Protocolo: 229865

OUTRAS MATÉRIAS**ROL DE INSCRITOS - EDITAL 042/2017-CSMP**

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA, em exercício, PRESIDENTE DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto nos artigos art. 88, § 4º, art. 98, caput e art. 102 da Lei Complementar nº 057/2006, Torna PÚBLICO o rol de inscritos no concurso de Promoção às Procuradorias de Justiça decorrente do Edital nº 042/2017-CSMP, publicado no D.O.E. nº 33.456, de 12/09/2017;